



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

# **1ª Reunião Extraordinária**

## **Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)**

**04 e 05 de junho de 2017**

**BRASÍLIA-DF  
2017**

1 Ao quarto dia e quinto dia de junho de dois mil e dezessete, reuniu-se no Auditório da Secretária de  
2 Planejamento e Formulação de Políticas da SEPPIR, SEPN Quadra 514, Bloco C, Lote 8, Asa Norte,  
3 Brasília/DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de  
4 Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – CNPIR/SEPPIR/PR, para a sua primeira  
5 reunião extraordinária com a participação dos seguintes Conselheiros e Conselheiras representante  
6 de entidades da Sociedade Civil, **no biênio 2017 – 2018: Adeildo Araújo Leite, (titular) – MNU;**  
7 **Arilson Ventura (titular) – CONAQ Dandara Tonantzin Silva Castro (titular) – ENEGRECER;**  
8 **Andressa Stefane Braga Albuquerque (titular) – Tikuna Içaense; José Carlos Silva (Calon**  
9 **(titular) – CEDRO; Byany Sanches (titular) – RAN; Milton Santos (titular) – Rede Afro LGBT;**  
10 **Nuno Coelho de Alcântara Júnior (titular) – APN's; Edmar Barbosa – Mãe Tuca (suplente) –**  
11 **Casa da Cultura Ilê Asé D'Osoguiã; Angela Cristina Santos Guimarães (titular) – UNEGRO;**  
12 **Anna Canavarro Benite (titular) – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/ABPN;**  
13 **David Raimundo Santos (titular) – EDUCAFRO; Deuzília Pereira da Cruz (titular) – Grupo**  
14 **de Mulheres negras Dandara no Cerrado/GMNDC; Iêda Leal de Souza (titular) – CUT;**  
15 **Antônio Carlos Basílio da Silva (suplente) – INATES; Célia Zenaide da Silva (suplente) –**  
16 **Conselho Federal de Psicologia; Lucimara Cavalcante (suplente) – Associação Internacional**  
17 **Maylê Sara Kali/AMSK; Patrícia Tolmasquim (titular) – CONIB Dra. Silvia Cerqueira –**  
18 **Notório Saber; Dandara Lucas Pinho – Notório Saber; Raquel Dias (titular) MEC; Maria**  
19 **Auxiliadora Lopes (suplente) MEC; Luana Benício (sulente) Ministério da Saúde; Jimmyana**  
20 **Rocha (Ministério dos Direitos Humanos); Magda Fernandes (Ministério da Justiça e**  
21 **Cidadania); Claudio Luiz Pinheiro da Silva (suplente) Ministério dos Esportes; Luiz Carlos de**  
22 **Lima (suplente) – Ministério da Integração Nacional; Ana Karyna Barros Sobral (titular) –**  
23 **MPOG; Manoela Dutra Macedo (titular) Casa Civil; Ana Paula Tongo (suplente) Secretaria de**  
24 **Políticas para Mulheres; Carlos Alberto Ricardo Junior (titular) – SDH.**

25 O Secretário da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR Juvenal  
26 Araújo Junior, declarou aberto os trabalhos e justificou o atraso, devido a sua participação no Fórum  
27 Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negros e Negras – (FONATRANS). E pediu para que  
28 todos os Conselheiros se apresentassem, assim como os suplentes que estavam na titularidade.

29 O Secretário pontuou que na última reunião, havia apresentado a questão orçamentária da SEPPIR, e  
30 também do primeiro decreto que estava em vigência, e o segundo decreto publicado, com novo  
31 cronograma das conferências, livres, municipais, estaduais e a nacional para o ano que vem. Retomou  
32 alguns pontos como o da dificuldade orçamentária e de recursos humanos da SEPPIR. Ressaltou  
33 que havia colocado para todos as dificuldades e as possibilidades de alterar as datas desde o início, e  
34 que estava dependendo da Presidência a devida resposta. O Secretário destacou que a partir daquele  
35 momento iria traçar um cronograma de trabalho para que pudesse realizar todo o processo

36 conferencial com o apoio da Comissão Organizadora, Coordenação Executiva e as Subcomissões.

37 A Secretária Executiva Gabriela Cruz, deu prosseguimento a leitura de pauta que constava os

38 seguintes itens: apresentação do projeto da IV CONAPIR, onde estava incluso orçamento, estrutura,

39 apresentação e escolha do logo. Segundo ponto: deliberação do regimento interno. Terceiro: definição

40 da composição dos integrantes da coordenação executiva. Quarto item: definição dos integrantes das

41 subcomissões. Quinto item: definição do número de delegados. O sexto: encaminhamento para

42 subsídios norteadores para as conferências municipais e estaduais; informes gerais e encerramento.

43 A Secretária Executiva Gabriela Cruz, ponderou que seria apresentado os nomes dos integrantes do

44 governo para compor as subcomissões, assim como a devolutiva do Regimento Interno da IV

45 CONAPIR, que passou por análise jurídica na Casa Civil, e assim devolvido para os ajustes e

46 publicação. O Secretário Juvenal, também ressaltou a discussão sobre a quantidade de delegados, pois

47 anteriormente já havia colocado a dificuldade orçamentária em relação ao número. Após a aprovação

48 da Pauta, o Presidente Juvenal Araújo apresentou o Orçamento de quatro milhões previstos para o

49 ano que vem, a partir dos últimos orçamentos das secretarias nacionais, sendo 1 milhão para

50 passagens e alertou a todos sobre a possibilidade de contingenciamento ou expansão do recurso. O

51 Secretário Juvenal, passou a palavra para o Técnico Rogério Franco. Rogério disse que o orçamento

52 seria próprio da SEPPIR, e de quatro milhões, e que eram a somatória destacada de todas as áreas

53 finalísticas, tendo sim a possibilidade de uma expansão desse orçamento. Salientou que a expansão

54 já havia sido solicitada junto ao Ministério do Planejamento e que receberíamos a resposta no mês de

55 julho. O técnico deixou claro que embora haja estes esforços, deveríamos contar com os 4 milhões,

56 e se caso houvesse expansão, aí sim poderíamos expandir o projeto. Rogério também destacou o

57 limite orçamentário de diárias e passagens nos últimos cinco anos que são de dois milhões,

58 exemplificou que, mesmo que a SEPPIR tivesse dez milhões de orçamento, ela sempre teve esses 2

59 milhões de diárias e passagens, então a SEPPIR utilizaria em tudo, desde o transporte dos

60 Conselheiros, quanto para a conferência, a fiscalização de convênios, edital, todas as ações das áreas,

61 e teriam 2 milhões para fazer toda a parte de diárias e passagens. Salientou que dos dois milhões do

62 ano de 2018, seria destacado um milhão somente para a IV CONAPIR, sendo esse recurso para todo

63 o Projeto da Conferência. Rogério destacou que resumindo, seria 1 milhão para diárias e passagens,

64 e aproximadamente três milhões para fazer toda a logística e estrutura da conferência. Falo que

65 iniciamos tratativa com os gestores responsáveis para o evento, e que para esse tipo de projeto, é

66 interessante ter uma ata específica para realização da Conferência. Rogério SEPPIR, fará uma ATA

67 específica para o evento, por se tratar de um evento. O Técnico relatou que dentro da proposta do que

68 é de responsabilidade da SEPPIR, em arcar no transporte dos delegados e convidados, e com o

69 orçamento de um milhão, chegou-se ao cálculo de seiscentos delegados, sendo que a alimentação e

70 a hospedagem ficaria dentro da Ata de Eventos. Rogério também apresentou a proposta de sessenta

71 convidados, que pagaríamos tanto passagem como diárias, tendo uma média de duas diárias para  
72 cada convidado, que seriam os palestrantes. Ressaltou também o cálculo para realização das reuniões  
73 das subcomissões, que seriam cinco reuniões, e cinco reuniões da coordenação executiva e quatro  
74 subcomissões, assim como as atividades in loco da articulação e mobilização, e a previsão de duas  
75 reuniões da comissão organizadora. O Técnico também destacou que baseou-se no último APNAD  
76 do último trimestre de 2017, para fazer a proporcional da população negra de cada estado com o  
77 número de delegados, obtendo um resultado na divisão de quantitativo de delegados por estado, de  
78 acordo com a população negra em relação ao percentual do Brasil inteiro.

79 A Conselheira Patrícia, destacou que havia outras etnias no Conselho e que esta representatividade  
80 dos indígenas, ciganos, judeus e árabes deveria ser levado em conta, afinal o CNPIR era um Conselho  
81 de Igualdade Racial.

82 A Conselheira Dandara Tonantzin – Enegrecer, manifestou sua insatisfação na forma como recebeu  
83 a publicação do decreto de adiamento da conferência, ressaltou que esperava um aviso antecipado  
84 por parte da gestão. Também ressaltou que na última conferência tivemos mil e duzentos delegados,  
85 e diminuir esse número para seiscentos delegados e delegadas nessa conferência significa reduzir à  
86 metade de delegados, sendo que iria representar uma grande derrota para a política de igualdade  
87 racial, para o povo negro, e para todos os segmentos que compõem esse conselho. Também ponderou  
88 sobre a importância de garantir a diversidade de segmentos que compõem esse conselho, e que na  
89 última conferência foram realizadas reuniões plenárias para os segmentos de povo e comunidade  
90 tradicional, povo indígena, quilombolas e ciganos. O Secretário Juvenal sugeriu que esta questão de  
91 garantia de espaço para os seguimentos, pudesse ser resolvida e deliberada no próprio regimento.  
92 Também ressaltou que por questões orçamentárias seria inviável a realização das plenárias.

93 A Conselheira Magda do Ministério da Justiça, ressaltou que no anexo do regimento da conferência  
94 poderia constar a quantificação e as cotas estabelecidas para as outras etnias.

95 O Conselheiro Frei Davi, trouxe uma proposta de criarmos, frente à conjuntura nacional, a figura do  
96 delegado autofinanciado, onde ele teria garantida a refeição, e os demais gastos seriam por conta dele.  
97 E a partir disso, definir o número máximo por estado, o máximo para ciganos, máximo para  
98 quilombolas, judeus, árabes, porque alguns desses grupos poderiam conseguir financiamento das suas  
99 organizações, e isso seria uma maneira de enriquecer a conferência e dar mais robustez ao processo.

100 O convidado Sr. Cosme representando a gestão da SEPRMI na Bahia, manifestou-se por aprovação  
101 do pleno, ressaltando sua preocupação com a aprovação e publicação do regimento da Conferência,  
102 porque na Bahia a conferência estaria quase que inviabilizada porque estavam com todo um processo  
103 de construção, discutindo com o conselho da comunidade negra, os municípios cobrando, mas estão  
104 podendo dar continuidade ao processo, até do ponto de vista mesmo da previsão orçamentária. O  
105 senhor Cosme ressaltou que também encaminharam um documento para a Ministra solicitando um

106 posicionamento, porque precisavam definir se iriam fazer ou não a conferência este ano. O senhor  
107 Cosme disse que, tendo em vista o novo decreto, a nacional jogou para 2018, e eles não  
108 estabeleceram um diálogo que manteve no caso a estadual ainda para esse ano. Ressaltou que com  
109 essa indefinição ainda é muito pouco tempo para fazer tudo. Senhor Cosme diz: “ Somos 417  
110 municípios, então tem todo um processo, os municípios querendo fazer suas conferências municipais,  
111 territoriais, não tem regimento. Então o que eu tenho para colocar aqui para esse pleno é no sentido  
112 de que a gente avance nesse processo e que a gente decida efetivamente se teremos ou não essa  
113 conferência, porque da forma que está, está muito ruim, desgasta muito, então um pouco dessa  
114 observação e dessa preocupação que eu queria aqui compartilhar com vocês”.

115 Os Conselheiros manifestaram uma indignação pela forma que receberam a publicação do decreto  
116 através de watzap, e também questionaram a falta de construção conjunta nas etapas do processo  
117 conferencial, sendo que isso foi um fator prejudicial para os avanços no processo.

118 **O** Presidente Juvenal ressaltou que foi dada a publicidade através do site da SEPPIR em relação a  
119 publicação do Decreto, e que foi de competência da Presidência a alteração e publicação do Decreto  
120 Presidencial. Ressaltou que desde a gestão da Ministra como Secretária da SEPPIR, teve total  
121 lealdade e transparência com o Pleno, a contar da homologação da recondução do próprio conselho.  
122 Ressaltou que sempre cumpriu com todos os encaminhamentos, e que nunca omitiu a realidade da  
123 situação da SEPPIR. O Presidente disse que talvez tenha sido uma falha o não envio do e-mail para  
124 os Conselheiros, mas que a relação de confiança existente não poderia jamais ser quebrada, pois ele  
125 sempre respeitou e reconheceu a grande importância de todos os Conselheiros. O Presidente ressaltou  
126 que sua gestão sempre será transparente, e que não é um favor, e sim uma obrigação que tem com  
127 todos.

128 Diante da preocupação com as Plenárias, apresentou-se uma proposta viável para a realização dentro  
129 de uma realidade financeira. Inicialmente foi proposto que cada segmento, cada entidade  
130 representando segmentos, fariam então a indicação de dez notáveis para a realização de uma plenária  
131 representando os segmentos. uma relatoria e ter subsídios lá para a nossa conferência, e assim poder  
132 discutir os avanços e desafios apresentados nesse grupo.

133 A Proposta foi inviabilizada pelo Pleno porque não atendia a grande representatividade dos  
134 segmentos .

135 Houve a leitura do Regimento da IV CONAPIR, e foram realizados destaques na questão ortográfica,  
136 no quantitativo de delegados, na participação diversa dos segmentos representativos, escolhido o  
137 número de membros nas subcomissões e coordenação executiva e definição da data de realização da  
138 Conferência Nacional para maio de 2018. também ficou claro que os suplentes serão delegados natos,  
139 somente na falta do seu titular.

140 Nessa questão da suplência, foi pontuado a preocupação da Conselheira Mãe Tuca, em relação a falta

141 de compromisso e manifestação de sua titular na representatividade no Conselho, refere-se que por  
142 questões políticas não haverá participação. A Secretária Executiva Gabriela Cruz, ressaltou que a  
143 Conselheira justifica as ausências, e que não houve manifestação por ofício por parte da Entidade da  
144 desistência da vaga no Conselho.

145 Em relação ao número de delegados, o Conselheiro Nuno resgatou a forma de como eram realizados  
146 o deslocamento dos delegados estaduais. Nuno ressaltou que realizou uma consulta e que o  
147 deslocamento dos delegados seria por conta dos estados, não por conta do governo federal. Salientou  
148 que o governo federal arca com hospedagem e alimentação dos delegados dos estados. Nuno ressaltou  
149 que fez uma consulta a gestores de São Paulo e Minas Gerais que participaram da III CONAPIR, e  
150 que os mesmos confirmaram que os estados pagavam o deslocamento de suas delegações.

151 O Conselheiro Adeildo Araújo - Movimento Negro Unificado, também ressaltou que havia  
152 participado da organização das três conferências em Pernambuco, e que nas três quem pagava o  
153 traslado era o estado. O Secretário Juvenal, diante dessas ponderações, pediu para realizar uma  
154 reanálise dos cálculos e dos procedimentos realizados.

155 O Presidente Juvenal, também ressaltou que diante dessa informação, também teria que ter uma  
156 alteração no artigo 24, pois o artigo dizia que as despesas com a organização incluindo transporte,  
157 hospedagem e alimentação dos delegados correriam por conta da SEPPIR. O Conselheiro Adeildo –  
158 MNU, ressaltou que sendo a etapa Nacional para 2018, os Estados teriam mais tempo para se  
159 organizar no deslocamento de seus delegados, e assim garantir os mil e duzentos delegados e a  
160 realização das plenárias.

161 O Secretário Juvenal abriu os trabalhos no dia cinco de junho, e passou a palavra para o Técnico da  
162 SEPPIR Rogério Franco. Rogério apresentou um novo cálculo sem a obrigação de pagar as passagens  
163 para os delegados, e chegou-se ao total de novecentos delegados, mais os quarenta e quatro natos e  
164 os sessenta convidados chegando ao total de mil pessoas envolvidas. Rogério ressaltou que diante  
165 desta proporcionalidade, se aumentaria mais o percentual chegando aproximadamente dez delegados  
166 a mais do cálculo realizado anteriormente. A proposta apresentada foi aprovada e elogiada pelo Pleno  
167 devido ao avanço significativo no quantitativo.

168 Em relação as delegações escolhidas nas conferências estaduais e distrital , o Pleno se posicionou de  
169 forma que deverão ser constituídas de forma a propiciar a participação dos diversos seguimentos da  
170 sociedade civil devendo ser considerados critérios de gênero com proporção de para mulheres , LGBT,  
171 geração com proporção de jovens e efetiva representação dos povos e comunidades tradicionais de  
172 matrizes africanas, ciganos, judeus, palestinos, quilombolas e indígenas bem como de órgãos públicos  
173 voltados à promoção da igualdade racial e a defesa de direitos. Ressaltou-se ainda que as comissões  
174 organizadoras estaduais e distrital deveriam garantir cotas para a representação dos seguimentos de  
175 povos de comunidades tradicionais com a devida orientação da Comissão Organizadora.

176 A Conselheira Luana da FENAFAL, fez uma ressalva no artigo 22, e pediu uma atenção especial no  
177 atendimento a doença falciforme devido a morte de uma pessoa na III Conferência Nacional por falta  
178 de atendimento especializado. Ressaltou que na lista de delegados deverão especificar participantes  
179 com deficiência e com necessidades especiais por motivo de doença em especial doença falciforme.  
180 Diante desta colocação, o Presidente Juvenal, ressaltou a importância da Subcomissão responsável,  
181 contar com o apoio da conselheira Luana do Ministério da Saúde.

182 O Presidente Juvenal, ressaltou que os encaminhamentos solicitados seriam atendidos, pontuando a  
183 questão da suplência nas subcomissões em relação a Mãe Tuca. Também ressaltou que já havia  
184 enviado ofício para a Entidade titular, pedindo providências quanto a representação.

185 Os nomes dos membros da Coordenação Executiva, e das subcomissões foram apresentados pelos  
186 Conselheiros e pela mesa diretora, totalizando 6 para a Coordenação Executiva e cinco membros da  
187 sociedade civil e cinco membro do governo para as subcomissões. Ressalta-se que o pleno também  
188 acordou de otimizar os encontros através de vídeo conferências devido ao pouco orçamento existente  
189 de passagens e diárias para todo o processo conferencial.

190 As propostas da identidade visual da IV CONAPIR, foram apresentadas pelo técnico Daniel da  
191 assessoria de comunicação do Ministério dos Direitos Humanos. Daniel ressaltou que seria  
192 importante entrar em um consenso, porque após a escolha da identidade visual será elaborado as  
193 pastas, banners, camisetas, botons, crachás, e todo o material necessário para divulgação.

194 Após algumas sugestões do Conselheiros na apresentação da identidade visual, o encaminhamento  
195 foi de aprimorar a proposta e devolver para o Pleno. A proposta foi enviar para o e-mail de todos os  
196 conselheiros para apreciação.

197 O Técnico Rogério Franco, apresentou as propostas das datas para a realização das reuniões das  
198 subcomissões, da coordenação executiva e da comissão organizadora.

199 A proposta definida, foi que nessas reuniões agendadas, houvessem encaminhamentos no que  
200 compete a cada subcomissão. A proposta também foi de acrescentar um dia a mais nas reuniões do  
201 Pleno para tratar os assuntos da Conferência, e também as pautas específicas do Conselho, sendo que  
202 o Pleno do Conselho é a Comissão Organizadora.

203 A Secretária Executiva Gabriela Cruz, ressaltou a importância de realizar um documento através da  
204 subcomissões para informar e amparar os estados e municípios que já realizaram as suas conferências.

205 A conselheira Ieda leal - CUT – manifestou-se dizendo que já havia recebido vários pedidos de  
206 informações sobre o envio dos relatórios. Ressaltou a importância de orientar e validar esses entes  
207 federados.

208 O Presidente Juvenal, ressaltou que na SEPPIR, terá um grupo que fará o acompanhamento e o  
209 diálogo gradativo com todos nesse processo conferencial através de e-mail e canal efetivo de  
210 comunicação específico para IV CONAPIR. Reforçou que além da assessoria de assuntos

211 federativos, a equipe da SEPPIR também dará o devido suporte.

212 O Conselheiro Arilson – CONAQ, manifestou-se sobre o Supremo Tribunal Federal, que colocou no  
213 calendário de julgamento para o dia 16 de agosto na sessão das 14 horas, o julgamento ADI 3239,  
214 essa que julga o decreto 4887. O conselheiro ressaltou a importância da SEPPIR e da Fundação  
215 Cultural Palmares no acompanhamento deste processo no apoio as comunidades quilombolas. O  
216 Conselheiro Arilson trouxe a discussão sobre as plenárias dos povos e comunidades tradicionais, a  
217 respeito das plenárias dos povos de comunidades tradicionais pediu para que houvesse uma proposta  
218 viável para que pudéssemos de fato garantir que essas plenárias, e a representação quilombola fosse  
219 atendida.

220 O Presidente Juvenal, pontuou que o Conselheiro Arilson, estava retornando o assunto que foi  
221 discutido sobre a questão das cotas das comunidades tradicionais. Ressaltou que segundo o Arilson,  
222 a população quilombola não estava sendo contemplada da forma da questão das cotas. O Presidente  
223 ressaltou que isso envolveria tanto a questão financeira, quanto a quantidade de delegados, e para isso  
224 era necessário discutir a proposta já trazida no pleno.

225 O Conselheiro Arilson disse que talvez as comunidades ciganas já estariam contempladas da forma  
226 que estava colocado no regimento, e também as de matrizes africanas estariam também contempladas,  
227 mas a questão quilombola não. O conselheiro enfatizou que somente ele naquele momento trazia a  
228 proposta para as comunidades quilombolas e a importância da garantia das plenárias.

229 A Conselheira Patrícia reforçou as palavras do companheiro Arilson, eu disse que entendia as  
230 colocações dele, ressaltando que realmente os quilombolas teriam uma especificação, uma  
231 característica diferente dos outros seguimentos e etnias que foram ali colocados. Ressaltou que seria  
232 importante fazer uma plenaria nacional para os quilombolas reconhecendo a devida importância no  
233 processo.

234 Arilson agradeceu o apoio da Conselheira, e disse que teria que ser garantido na presente plenária a  
235 inserção da plenária para os quilombolas no regimento. Arilson também ressaltou a importância de  
236 tirar delegados dessa plenária das comunidades quilombolas.

237 O Conselheiro Nuno, manifestou-se dizendo que diante desta proposta, o quadro de delegados sofreria  
238 alteração, e que as cotas ainda necessitavam ser contempladas de forma geral no regimento.

239 Arilson apresentou uma proposta de especificar no regimento um percentual de 5% do total para  
240 quilombolas.

241 Arilson ressaltou que embora tenha o percentual das plenárias, a tiragem de delegados nas  
242 conferências estaduais e municipais, não sofreria alteração.

243 O Presidente Juvenal a proposta do Arilson: “Então, 45%, mesmo sendo metade, mesmo sendo 900  
244 delegados junto com a sociedade civil, juntando governamental, você queria que 45 vagas dessas 900  
245 fossem para os quilombolas. Essa é a proposta dele. Entendeu Adeílido? Entendeu a proposta do



246 Arilson? Juntando tanto sociedade civil quanto governamental que são os 900, deste total, ele está  
247 sugerindo que 5% seja de quilombolas”.

248 O Presidente Juvenal ressaltou a proposta do Arilson, que haja uma plenária com a população  
249 quilombola e que essa plenária decida também 5%, das 900 vagas ali, e que 5% dessas vagas  
250 incluindo sociedade civil e governamental sejam para comunidades quilombolas, mudando as vagas  
251 também dos estados e municípios das suas conferências.

252 O Presidente Juvenal apresentou a proposta de 5%, dos 900 delegados conforme a proposta do  
253 Conselheiro Arilson, e a proposta apresentada pelo Pleno foi de que fosse realizada a plenária só da  
254 comunidade quilombola com 3% das vagas para as comunidades quilombolas. A proposta foi  
255 aprovada para que 3% do percentual seja para eleger delegados quilombolas.

256 Ao final da reunião foram dados os informes gerais em relação a proposta de apresentação da revisão  
257 do PPA através do Conselho e também sobre o sistema de monitoramento das ações através do Fórum  
258 Interconselhos . O objetivo apresentado é que cada conselho possa escolher cinco metas ou iniciativas  
259 para monitorar de forma tempestiva.

260 O Presidente Juvenal sugeriu que a Coordenação Executiva , pudesse trabalhar os percentuais para  
261 constar nos anexos do Regimento o mais breve possível, enfatizando que o Regimento só poderia ser  
262 publicado após os anexos e encerrou os trabalhos.

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294 **Reunião dia 5 de julho de 2017 –**

295 **Manhã**

296

297 **Juvenal** – Bom dia a todos e a todas. Va

298